

ProUni e Inclusão Social:

Cursos com maior demanda de alunos para o ProUni e maior aceitação das unidades de ensino superior.

RESUMO

O projeto foi de natureza interdisciplinar e interinstitucional, tendo por objetivo avaliar o processo de inserção e inclusão social dos estudantes do ProUni. O ProUni, enquanto projeto de inserção para a população excluída do ensino superior, é a única possibilidade que a população jovem tem de acesso ao ensino superior. Gerenciado por órgão do governo federal e pela sociedade civil, é um Programa que pode chegar a realizar o sonho daqueles que buscam um futuro melhor, qualificação na carreira profissional e a conquista de novos saberes e conhecimentos para o campo da pesquisa.

Palavras Chaves: Serviço Social, Educação e Inclusão Social.

ABSTRACT

The project is interdisciplinary and interagency in nature, aiming to evaluate the process of integration and social inclusion of students ProUni. The ProUni while entry project for the population excluded from higher education, is the only option for the young population has access to higher education. Managed by an agency of the federal government and civil society, is a program that can come to realize the dream of those who seek a better future qualification in the professional career and gaining new skills and knowledge to the field of research.

Key words: Social Work, Education and Social Inclusion.

Apresentação

Esta pesquisa de Iniciação Científica insere-se no Projeto *PROUNI e Inclusão Social*, desenvolvido por pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Questões Metodológicas – NEMESS/PUC-SP, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, do Núcleo de Estudos da Complexidade – Complexus/PUCSP, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e do Núcleo Interinstitucional de Investigação da Complexidade – NIIC/UNINOVE.

O Projeto contou com apoio financeiro da CAPES, no âmbito da parceria desta agência com o INEP, vinculando-se ao Observatório da Educação do MEC. A pesquisa iniciada em 2007 com duração de 4 anos realizada em vários Estados do Brasil.

Educação e inclusão social têm sido nos últimos anos, tema de importante significado para os estudos as políticas públicas e educacionais. A preocupação com a articulação entre educação e inclusão social aparece de diferentes maneiras, especialmente, no tocante à inserção das populações menos favorecidas em políticas que visam potencializar a emancipação social.

Apreender e analisar as diversas dimensões desta problemática torna-se importante para a compreensão do papel do Estado e das universidades, em particular, das instituições privadas, na potencialização dos recursos voltados para a inclusão de uma parcela significativa de jovens, por meio das políticas educacionais. De modo mais abrangente, a realização desta pesquisa visa produção de dados para alimentar o Observatório da Educação do MEC, buscando subsidiar e contribuir de forma positiva para as discussões sobre a política pública que contempla o Programa PROUNI e suas possibilidades de aperfeiçoamento.

O projeto, de natureza interdisciplinar e interinstitucional, teve por objetivo avaliar o processo de inserção e inclusão social dos estudantes com financiamento do PROUNI, visando uma ação democrática e emancipatória, em seus aspectos sociais, econômicos e culturais. Nessa perspectiva, estão sendo avaliadas as dimensões vinculadas à política pública que o Programa PROUNI contempla aquelas às instituições vinculadas e as dimensões diretamente ligadas aos alunos contemplados.

Vale à pena ressaltar, também, que o *Projeto PROUNI e Inclusão Social* esteve pautado por indicações da Resolução CNS 196/96 do Comitê de Ética em Pesquisa – COEP que contem diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

A Reforma Educacional Brasileira - Breve histórico

A história recente do Brasil é permeada por freqüentes continuidades e rupturas, impondo alterações na estrutura do Estado, na sociedade civil e na constituição do cidadão brasileiro. Desde a década de 1950 múltiplas reformas institucionais foram realizadas até os primeiros anos do século XXI. As reformas, em geral com origem no Estado, buscavam mudanças nos múltiplos processos da construção da sociabilidade humana.

O espaço social da educação superior brasileira passa por um profundo processo de reconfiguração, caracterizado por uma restrição de sua esfera pública e proporcional ao aumento da dimensão privada. Apontaremos uma breve análise da conjuntura atual da educação superior (IES), de produtores de conhecimentos em produtoras administradoras de informação para o mercado. A partir da segunda metade da década de 1990 vários traços culturais fundam as relações sociais brasileiras e repõem-se sob nova forma histórica. O viés tecnicista da educação brasileira como meio para consecução do desenvolvimento repõem-se num pacto social.

Os movimentos sociais reivindicavam políticas públicas para o atendimento do déficit social e produtivo da década de 1980, organizações não governamentais (ONGs) reivindicavam, por meio de projetos, verbas públicas ou não, nacionais e internacionais, para realizar o que antes era considerado um direito social do cidadão.

A segunda metade dos anos de 1990 apresentou-se pródiga às iniciativas oficiais na esfera educacional objetivando uma ampla reforma na história da educação brasileira. As mudanças educacionais dirigiram-se a processos cognitivos da população, tornando-a apto para o trabalho (competente e empregável) e preparando um cidadão crítico para o mundo globalizado.

As reformas educacionais foram produzidas por meio de uma série de medidas jurídico-administrativas, com destaque para a natureza qualitativa para tais mudanças. No governo Fernando Henrique Cardoso foi promulgado a Lei de Diretrizes das Bases da Educação Nacional (LDB), á implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PEN), das Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico (MEC/ CNE), dos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCNEM), das diretrizes curriculares para cursos de Graduação, da regulamentação dos cursos seqüenciais, dos processos de avaliação da educação brasileira, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização da gestão educacional, da reorganização da educação superior, da eventual

mudança do conceito de autonomia universitária na Constituição ou na sua regulamentação, do autoritário decreto sobre a formação de professores, etc.

Todas essas leis, decretos e outros expedientes jurídico-administrativos nos levam a crer em larga e profunda mudança na educação brasileira, na direção da construção e fortalecimento da cidadania e do aumento das possibilidades de emprego.

A partir da segunda metade da década de 1990 ocorre a disseminação do novo paradigma de organização das corporações em nível mundial, a desnacionalização da economia brasileira, a desindustrialização, a transformação da estrutura do mercado de trabalho, a terceirização e a precarização do trabalho, a reforma do Estado e a restrição do público conjugada com a ampliação do privado, a flexibilização das relações trabalhistas e o enfraquecimento das instituições políticas de mediação entre sociedade civil e o Estado (especialmente os sindicatos e partidos políticos) o trânsito da sociedade do emprego (trabalho com direitos sociais) para a sociedade do trabalho (sem os direitos sociais conquistados).

No Brasil a aliança política do governo Fernando Henrique Cardoso pôs em movimento a política e administrativa, na tradução brasileira da mundialização do capital, com graves conseqüências para a economia brasileira. A reforma do ensino superior na década de 90 teve como base a influência teórica do Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da USP - NUPES.

A Política Educacional brasileira é fundamentada a partir de produções que norteia o nível de ensino, cujas pesquisas na sua maioria seguem a linha Weberiana. Neste momento o Brasil tem como Presidente da República Fernando Collor de Mello que nomeia para assumir o Ministério da Educação José Goldenberg que contribuiu para modernizar a economia brasileira a partir de modernas estruturas científicas fundamentais para melhorar as condições de vida da população.

O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem como ênfase o significativa no “ensino privado”, pós-graduação, pesquisa na universidade pública, organização acadêmica e gestão, os decretos e a implementação da Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira.

A expansão do ensino superior dos anos de 1990 proporcionou a aceleração do processo de privatização em curso desde a Reforma Universitária de 1968, e daí por diante vivemos um impasse: como ampliar o acesso da população de baixa renda, que conclui a educação básica, e de classe média, que foi rebaixada socialmente, em grande parte, desempregada e sobrevivendo com emprego informal.

O Programa Universidade para Todos - PROUNI surge como consequência dentro dessa reforma universitária como uma oportunidade de acesso ao ensino superior para famílias de baixa renda, visando minimizar a brutal desigualdade sócio-econômico-cultural do país.

ProUni – A porta de acesso ao Ensino Superior

Educação de qualidade deveria ser um direito garantido conforme se refere em nossa Constituição Federal no artigo 206, VII da CF promulgada em 5 de outubro de 1988, também está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, art. 3º, IX) e no Plano Nacional de Educação (Lei nº10.172/2001).

A Educação é a base fundamental para o desenvolvimento social e político de um país. Ela promove o crescimento econômico e é uma das ferramentas principais para diminuir a desigualdade, reduzir a criminalidade, promovendo a garantia dos direitos à classe pauperizada do país.

Segundo dados do INEP, atualmente 97% dos alunos não têm acesso ao Ensino Fundamental, mesmo sendo um ensino sucateado e de péssima qualidade 52% conseguem concluí-lo. Apenas 10,49% dos jovens entre 18 e 24 anos conseguem ingressar ao ensino superior, contudo, visam no ProUni uma possibilidade de acesso, jovens que saem do ensino médio com certa defasagem, possui uma mínima chance para disputar as vagas nas universidades públicas.

Uma juventude de baixa renda, sem condições financeiras lutam para ingressar no ensino superior e encontram no ProUni a oportunidade de ingresso na vida universitária.

A socialização juvenil, entendida como o processo de transmissão de normas, valores e costumes, tem, entre os seus objetivos, assegurar a reprodução social, através de 'agentes socializadores', entre os quais se destacam a família, a escola, os grupos de jovens e a mídia. (UNESCO, 2004, p.30)

Por meio da Educação é que poderemos formar jovens conscientes de seus direitos e deveres, e o ProUni está começando a abrir as portas por meio do ensino superior.

“Registramos aqui, com convicção, que a grande maioria de nós não estaríamos na universidade se não fosse através do ProUni. O recorte social que ele garante, inclui uma parcela da população que não teria acesso a uma vaga pública e muito menos as mensalidades praticadas nas instituições privadas. Muitos de nós, com idade já mais avançada, havíamos perdido a expectativa de concluir uma graduação e agora voltamos aos bancos escolares retomando este antigo sonho” (Primeiro Encontro Municipal do ProUni de São Paulo, 2007.).

Segundo o depoimento do Ministro da Educação (Fernando Haddad) em ambos “Encontros de estudantes do ProUni” (São Paulo e Rio de Janeiro) os prounistas têm um melhor desempenho que os alunos do sistema convencional de vestibulares mesmo oriundos do ensino médio público.

O ministro ainda afirmou que essa geração entra para a história da Educação Superior do Brasil por ter derrubado um mito: mérito não tem a ver, necessariamente, com a situação socioeconômica do estudante. (DINDO, 2007).

O resultado se dá pelo interesse dos bolsistas ProUni, empenham-se mais pelo motivo de entender que a possibilidade de ingresso na universidade é uma vitória, sentem a necessidade de obtenção de as boas notas e melhores aproveitamentos nas disciplinas trazendo o retorno esperado ao programa ProUni.

O governo federal vai investir até 2012, R\$ 2 bilhões para que as instituições promovam melhorias de infra-estrutura, abram cursos e novas vagas, promovam o acesso e a permanência dos alunos e a qualidade do ensino. Integrante do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 24 de abril de 2007, o REUNI efetiva a segunda etapa da expansão das universidades públicas. O primeiro momento da expansão foi marcado pela criação de dez novas universidades federais e a abertura de 61 campi em todas as regiões do país. Agora, as 53 instituições, que representam 100% das universidades federais, terão recurso para qualificar suas atividades. (MEC, 2008).

A implementação do ProUni, somada à criação de 10 universidades federais e 42 novos campus, amplia significativamente o número de vagas na educação superior, interioriza a educação pública e gratuita e combate as desigualdades regionais. Todas estas ações vão ao encontro das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a presença, até 2010, de pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, hoje restrita apenas a 10,49% dos jovens brasileiros.

Assim, poderá ocorrer um aumento expressivo de estudantes das classes sociais menos favorecidas determinando algumas transformações no sistema educacional de ensino superior brasileiro.

Seguem abaixo: alguns depoimentos de entrevistados na tese de mestrado de Fabiana de Souza Costa (2008), sobre alunos beneficiados do Programa Universidade para todos na PUC-SP.

“Em momento algum eu culpo minha mãe dessa preocupação de terminou de estudar, então vá trabalhar! Você nunca vai fazer faculdade! Sua mãe é diarista, seu pai garagista, você agora quer estudar para quê? Onde começou esta história? Eu fiquei três anos prestando o vestibular, e agora que consegui entrar na universidade, ela me dá um super apoio, mas não a culpo porque ela também não concluiu os estudos, fez até a quarta série do primário e depois trabalhou a vida toda, começou a trabalhar desde criança,

veio de Minas Gerais pequena, começou a trabalhar e trabalha até hoje com quase setenta anos.” (Depoimento T, 26 anos, Ciências Sociais) (COSTA, 2008, p.89).

“A minha história não é muito diferente da história de vocês, meus pais não estudaram, não chegaram nem a terminar o primário”. (Depoimento L, 24 anos, Turismo) (COSTA, 2008, p.89).

“No meu caso, meus pais nem chegaram a terminar o primário, o ProUni está sendo maravilhoso, pois tiro ótimas notas na faculdade, me tornei uma pessoa mais crítica, adquiri muitos conhecimentos e tive a sorte de ingressar em uma “boa” faculdade, mas acredito que esse programa promove as universidades particulares, fazendo com que os alunos “mais carentes”, nem cheguem a sonhar com as universidades públicas. (Depoimento N, 20 anos, Pedagogia) (COSTA, 2008, p.173).

Os depoimentos confirmam que o prounista é o pioneiro da sua família no acesso ao Ensino Superior e está alterando ciclo das relações sociais e culturais de seus parentes mesmo sofrendo com a questão de permanência na Universidade por diversas dificuldades financeiras.

Um Estudo sobre os cursos com maior demanda e aceitação da unidade de ensino Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Nesta pesquisa de iniciação científica não consegui incluir os resultados necessários por ausência de informação do banco de dados do SISPROUNI, considerando que o site está em constantes alterações, impossibilitando o trabalho de pesquisa e busca das referidas informações.

No banco de dados SISPROUNI analisei o primeiro semestre de 2009 focando na IES Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP para avaliação dos cursos com maior demanda pelos bolsistas.

Segue tabela abaixo:

Tabela 1 – Cursos de maior demanda na PUC-SP no primeiro semestre de 2009.

Cursos	Número de Bolsas
Direito	82
Administração	44
Ciências Econômicas	36
Psicologia	27
Serviço Social	18

Fonte: Banco de dados do SISPROUNI 2009.

Considerações Finais

O sistema educacional brasileiro de ensino superior vem passando por um profundo processo de reconfiguração, caracterizado por uma restrição de sua esfera pública e proporcional aumento da dimensão privada. Ainda, infelizmente são poucas as pessoas que conseguem ingressar no ensino superior, as vagas das Universidades Públicas acabam sendo ocupadas por alunos de classes sociais mais altas, que geralmente estudaram em colégios particulares ou aqueles poucos que tiveram a persistência e o auxílio de um cursinho pré-vestibular.

O Programa Universidades para Todos (ProUni) surge como conseqüência desse quadro de falta de oportunidades para a classe de baixa renda, ter acesso ao Ensino Superior visando minimizar a questão da desigualdade social em nosso país.

Reconhecendo que o ProUni é uma oportunidade de ingresso à universidade e se confirmado os dados de (SOUZA, 2008), em sua pesquisa de mestrado aplicada nos prounistas, à mudança não é apenas, na vida do bolsista, também esta alterando o ciclo vicioso no qual, famílias e gerações estavam vedadas, sem perspectivas de melhoras.

O ingresso desses bolsistas na Universidade representa para eles uma nova oportunidade de ampliar o universo de conhecimentos e as relações sociais, além de dar possibilidade de conquistar uma melhor formação profissional.

O programa não é a única forma de minimizar os problemas educacionais que os brasileiros enfrentam desde a época que o nosso ex-presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu sua gestão. É necessário trabalhar na base educacional sendo a melhor maneira de abrir novas possibilidades para a população de baixa renda. Para oferecer oportunidade de competir nas universidades públicas e ter autonomia para escolher qualquer universidade para ingressar (pública ou privada). Mas, teremos que lutar para conquistar um ensino gratuito e de qualidade em todo território brasileiro articulado com o Estado e com a sociedade civil.

Porém, o ProUni, enquanto projeto de inserção da população excluída do ensino superior é neste momento, desde que gerenciado e fiscalizado pelos órgãos competentes e sociedade civil, um programa que pode possibilitar a concretização de sonhos, a construção de novos saberes e permitir a universidade privada brasileira a promoção da educação e elevar o nível de qualificação profissional. Os futuros profissionais formados com bolsa ProUni poderão transformar o mercado de trabalho, trazendo novas referências para a educação.

O Programa Universidade para todos surge trazendo mudanças significativas para a história da educação brasileira, porém, ainda necessita de um aprimoramento e uma ampliação, para garantir que mais jovens possam ter acesso à universidade.

Afinal, a educação é por natureza uma dinâmica e deve ser continuamente interrogada criticamente e reinventada como um projeto coletivo na prática social.

Bibliografia

ANDRADE, Maria Celeste de Moura. *Cidadania, cultura e diferença na escola*. Caxambu. In: 26a Reunião Anual da Anped, 2004.

BALSA, Casimiro M.; BONETI, Lindomar W. SOULET, Mara H. (Orgs). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. In: Coleção Métodos e Teorias. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, 1996.

_____. *Construímos a Internet conforme sua própria imagem*
<http://www.icoletiva.com.br/icoletiva>. Acesso em dez de 2005.

DAWBOR, Ladislau. *A reprodução social: Tecnologia, globalização e governabilidade*. Volume I. Petrópolis: Vozes, 2002.

DEMO, Pedro. *1941 – Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, In: Coleção polêmicas do nosso tempo; 61, Cortez, 1998.

ESTIVIL, Jordi. *Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias*. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, 2003.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *A Cidadania Negada: Política de exclusão na educação e no trabalho*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Educação, trabalho e lutas sociais*. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *A Cidadania Negada: Política de exclusão na educação e no trabalho*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 124-89.

_____. *O protagonismo da sociedade civil: Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza E. *Inclusão escolar. O que é? Por que? Como fazer?* São Paulo, Ed. Moderna, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo, Paulus, 1997.

- MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. In *Revista Brasileira de Educação da ANPED*, vol. 11, no. 33, p. 406-423, 2006
- OLIVEIRA, Ivanilde A (org) Cadernos de atividades Pedagógicas em educação Popular-pesquisas e Práticas educativas de inclusão social. Belém, NEP-CCSE-UEPA, 2004
- PAIVA, Vanilda. *Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social*. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *A Cidadania Negada: Política de exclusão na educação e no trabalho*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 64-49.
- PAUGAM, Serge. *O enfraquecimento e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social*. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 86-67.
- PEREIRA, Beatriz R.; NASCIMENTO, Maria Leticia B.P., (Orgs.). *Inclusão e exclusão: Múltiplos contornos da educação brasileira*. São Paulo: Expressão & Arte, 2006.
- POCHMANN, Márcio e AMORIN, Ricardo. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo, Ed. Cortez, 2003
- SAWAIA, Bader. (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SPOSATI, Aldaíza. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de cidade de são Paulo 2000*. São Paulo, PUC/SP- Polis 2001.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Exclusão social e situações de Risco*. Revista do Programa e Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social. Serviço Social 3ª. 1998.